
Revista de História e Memória mantida por grupos de pesquisa em História sediados nas universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN) e de Sergipe (UFS) e nas universidades Regional do Cariri (URCA) e do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)



Detalhe de capa de *Uma história da proteção à infância no Brasil - Da questão do menor aos direitos da criança e do adolescente (1920-1990)* | Imagem: [Editora Atena](#) (2023)

Entre a História e a Sociologia: uma revisão rápida sobre o conceito de infância

Karine Feitosa Carlos Santana e Iara Maria de Araújo (URCA)

Resumo: Este artigo tem como objetivo mapear autores e proposições teóricas da História da infância e da Sociologia da infância, visando fundamentar estudos sobre gênero e educação infantil. Trata-se de uma revisão rápida da literatura, analisada por meio da Análise de Conteúdo. Os resultados indicam a infância como construção histórica e plural e a criança como agente social e produtora de cultura. Conclui-se pela defesa de pedagogias emancipatórias e não adultocêntricas.

Palavras-chave: infância; sociologia da infância, história da infância.

1. Introdução

Este artigo de revisão rápida (RR) – conforme Zhai, Razali e Sulaiman (2022) – tem o objetivo de mapear autores e proposições que auxiliem na definição das categorias teóricas sobre infância, historicidade e Sociologia da infância, parte integrante de um estudo maior sobre percepções infantis acerca de feminilidades e masculinidades. Para tanto, parte-se da seguinte questão orientadora: de que modo a História e a Sociologia constroem conceitualmente a infância e o protagonismo infantil, e como essas concepções podem fundamentar estudos sobre gênero e educação infantil?

As fontes selecionadas correspondem a artigos de revisão da literatura citados nos campos da Sociologia da infância (Prout, 2010; Corsaro, 2011; Sirota, 2001; Sarmiento, 2005; Gutiérrez; Vinuesa, 2020; Barbosa; Zandominegue, 2020; Pavez Soto & Sepúlveda Kattan, 2019; Sarmiento, 2005) e da História da infância (Ariès, 1981; Kuhlmann, 1998; Oliveira & Santos, 2018; Moura & Anjos, 2025). Essas revisões foram examinadas à luz da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), visando identificar as definições recorrentes de infância, das relações intergeracionais e da agência das crianças.

Nos estudos históricos, a infância é definida como um fenômeno histórico, não como uma etapa natural da vida, mas como construção sociocultural percebida na sociedade moderna. O sentimento de infância, destacado por Ariès (1981) nas marcações históricas da trajetória da criança na sociedade ocidental, supera as formas até então vigentes de representação e trato social com a criança.

A infância é vista como categoria plural e mutável, cuja compreensão exige ampliar fontes, temas e recortes geográficos, superando a concentração regional e teórica da historiografia brasileira (Moura & Anjos, 2025). A análise das experiências infantis no passado revela dimensões culturais e políticas da vida social, além da necessidade de incluir aspectos pouco explorados, como lazer e brincadeiras (Moura & Anjos, 2025). A concepção contemporânea de infância oscila entre rupturas e continuidades em relação ao passado: a criança, antes silenciada, ganha visibilidade, embora persistam práticas de apagamento (Oliveira & Santos, 2018).

Na Sociologia da infância, a criança é compreendida como agente social e coprodutora das estruturas em que vive (Pavez Soto & Sepúlveda Kattan, 2019). O conceito de agência destaca que toda ação infantil é exercício de poder e reconstrução da realidade, ainda que limitada por sistemas de gênero e geração. A sociologia contemporânea busca superar as dicotomias modernas, adotando uma linguagem mais adequada à complexidade da modernidade tardia, marcada por hibridismos e redes (Prout, 2010). O conceito de geração é, assim, compreendido como expressão de mudança social e diversidade relacional (Sarmiento, 2005).

O protagonismo infantil emerge, por fim, como princípio ético e político, comum às abordagens históricas e sociológicas. Reconhecer as crianças como sujeitos históricos e culturais implica afirmar sua agência permanente e o valor de suas vozes singulares, que são formas legítimas de conhecimento (Nascimento, 2018; Pavez Soto & Sepúlveda Kattan, 2019; Oliveira & Santos, 2018).

A concepção de infância aqui destacada realça o protagonismo infantil, ou seja, a criança é vista como protagonista do próprio processo de aprendizagem. Defendemos que a educação infantil deve ocorrer de forma plena e integral, o que implica reconhecê-la como sujeito ativo, capaz de produzir saberes e atribuir sentidos aos contextos em que vive.

A infância, enquanto primeira etapa da vida, deve ser compreendida como tempo singular de desenvolvimento integral e expressão das potencialidades humanas. Nesse sentido, Kuhlmann Junior (1998) explica que “a interação é o terreno em que a criança se desenvolve”, ressaltando que essa experiência não é apenas psicológica, mas também social, cultural e histórica. O autor afirma ainda ser necessário “considerar a infância como uma condição da criança”, reiterando a importância de conhecer as representações de infância e situar as crianças em suas relações sociais, reconhecendo-as como produtoras da história (Kuhlmann Junior, 1998, p. 31).

Essa concepção convida a ampliar a visão sobre a infância, colocando a criança no centro de todos os processos que a envolvem. Tal postura implica buscar, como sugere Aquino (2015, p. 103), a “condição de infância como ruptura e (re)criação”, reconhecendo na criança a capacidade de inovar e transformar o mundo ao seu redor. No mesmo horizonte, ao abordar as culturas da infância, Pinto e Sarmiento (1997) defendem que as crianças devem ser tomadas como “atores sociais de pleno direito”, o que significa reconhecer sua capacidade de produção simbólica e a constituição de suas próprias representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas (Pinto & Sarmiento, 1997, p. 6).

O reconhecimento das crianças como atores sociais e históricos conduz à compreensão de que a infância não deve ser vista apenas como preparação para a vida adulta, mas como fase legítima, autônoma e dotada de valor e significados próprios. Esse olhar reafirma a criança como produtora de cultura e participante ativa das construções sociais, capaz de atribuir novos sentidos à realidade e de transformar, por meio de suas experiências, o mundo que compartilha com os adultos.

A partir dessas constatações, organizamos o texto em dois momentos: a análise das representações históricas e a análise das representações contemporâneas da infância (seções 2 e 3). O objetivo final é apresentar uma compreensão integrada da infância como construção histórica, social e política, que sustenta a defesa da criança como sujeito ativo e protagonista da própria aprendizagem.

2. Infância e criança: representações históricas ainda persistentes

Por muito tempo, a educação das crianças foi uma responsabilidade atribuída às comunidades ou grupos sociais onde estavam inseridas e, posteriormente, à família e à escola. Sua finalidade principal consistia em moldá-las para que se tornassem adultos em miniatura ou, sob outra perspectiva, prepará-las para o futuro. Em ambas as concepções, negava-se a infância como uma etapa essencial da vida e a criança como sujeito histórico.

Na obra *História Social da Criança e da Família*, Philippe Ariès (1981) analisa como as sociedades europeias tratavam as crianças nas chamadas “sociedades tradicionais”, entre os séculos XII e XVII, apontando a ausência da concepção de infância tal como a compreendemos hoje. De acordo com o autor, as crianças eram inseridas precocemente no universo adulto, inclusive no trabalho. Ele descreve:

A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e, de modo mais geral, a socialização da criança não eram, portanto, nem asseguradas nem controladas pela família. O jovem se afastava rapidamente dos pais, e pode-se dizer que, durante séculos, a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. O aprendiz assimilava o que devia saber ajudando os adultos a realizar as tarefas. Assim, a passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante

para que tivesse tempo ou motivo para forçar a memória e tocar a sensibilidade (Ariès, 1981, p. 10).

Nesse contexto, o processo de socialização infantil ocorria por meio da convivência e imitação das práticas adultas, revelando a existência de uma infância funcional, orientada pela utilidade social. Desse modo, pode-se inferir que, caso a criança não fosse capaz de colaborar ou aprender com o adulto, seria considerada inútil para a vida social.

Além disso, a análise de Ariès (1981) permite interpretar que a ausência de uma infância reconhecida como fase própria da vida implicava fragilidade nos vínculos familiares e a inexistência de uma identidade infantil formada.

A partir do século XVII, com o advento das sociedades industriais, a infância passou a ser compreendida como um dever, isto é, um projeto de futuro. Nesse novo arranjo social, atribuiu-se à escola a responsabilidade de preparar a criança para o mundo adulto, e a família ocupou lugar central nas relações afetivas e educacionais. Como ressalta Ariès (1981, p. 11), “a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se exprimiu sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação.”

Considerando a longa duração dos processos de formação das mentalidades, é possível afirmar que essas duas concepções de infância – a da criança como adulto em miniatura e a da infância como projeto de futuro – ainda persistem, em maior ou menor grau, na sociedade contemporânea, apesar das mudanças históricas e da consolidação dos direitos das crianças. Ambas negam a criança como sujeito ativo do próprio desenvolvimento e como agente produtor de conhecimento.

A segunda concepção, de caráter iluminista, remete ao conjunto de ideias que fundamentaram as revoluções políticas burguesas a partir do final do século XVII. Tais ideais, projetados até os dias atuais, sustentam uma visão colonizadora da infância, que subordina a criança à racionalidade adulta e nega sua autonomia e sua experiência histórica. Como observam Faria *et al.* (2015), essa concepção reproduz formas de dominação simbólica e mantém o adultocentrismo como referência de humanidade, dificultando o reconhecimento da criança como sujeito pleno de direitos, de cultura e de história.

3. Infância e construção social: educação e emancipação da criança

A descolonização da infância e da educação infantil mostra-se, portanto, cada vez mais necessária. É imperativo promover uma educação voltada à emancipação, que coloque as crianças no centro do processo educativo, reconhecendo e legitimando-as como sujeitos de direito, dignidade e autonomia, capazes de construir suas identidades e produzir saberes.

Faria *et al.* (2015), ao discutirem a necessidade de desconstruir a forma colonizadora de compreender a criança e a infância, chamam atenção para a urgência de romper com conceitos rígidos e abandonar a concepção iluminista da infância — aquela que a entende apenas como preparação para o futuro. É fundamental investigar “pedagogias que se contraponham à educação como forma de colonização e que tragam para a infância a perspectiva emancipatória” (p. 13–14).

Partindo desse princípio e considerando a infância como construção social e histórica, é oportuno reconhecer esse período também como espaço onde as noções de gênero são moldadas e reproduzidas. Desde os primeiros anos de vida, meninas e meninos estão expostos a discursos normativos que definem o que se considera “adequado” para cada

gênero. Tais construções não são neutras, pois atravessam relações de poder sustentadas por instituições como a família, a escola e a religião. Em outras palavras, tratam-se de performances sociais aprendidas e reproduzidas nas interações cotidianas.

Nesse sentido, Judith Butler (2018) define o gênero como uma performance socialmente regulada, isto é, um conjunto de práticas repetidas que naturalizam os papéis masculino e feminino. As normas culturais e discursivas, segundo a autora, orientam e restringem as possibilidades de expressão dos sujeitos, produzindo efeitos concretos nas experiências infantis.

Autores da Sociologia da infância destacam a importância de “tomar com seriedade esse ator social que é a criança” (Sirota, 2001, p. 11), reconhecendo que ela não absorve apenas a cultura adulta passivamente, mas a ressignifica para atender a seus próprios interesses infantis (Corsaro, 2009, p. 31), sobretudo em relação às concepções de gênero.

Para aprofundar essa discussão, Corsaro (2009, p. 32) desenvolve o conceito de “cultura de pares”, definido como “conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e interesses que as crianças produzem e compartilham na interação com seus pares”. Tal conceito evidencia que, ao interagirem, as crianças não apenas reproduzem a cultura adulta, mas também constroem e reconstróem significados sobre o mundo, criando formas próprias de viver suas experiências.

Durante esse processo, as crianças apropriam-se das informações do mundo adulto e as transformam criativamente, produzindo culturas singulares e dinâmicas (Corsaro, 2009). Trata-se, portanto, de um exercício na produção de sentidos em que as crianças se revelam sujeitos sociais ativos e competentes, capazes de reinterpretar o mundo e transformar suas aprendizagens, inclusive em relação às normas e expectativas de gênero.

Essa perspectiva converge com os estudos de Sarmiento (1997), que define a infância como categoria social relacional, construída nas interações sociais, culturais e históricas, atravessada por classe, etnia, gênero e território. Nessa linha, Sarmiento e Pinto (1997, p. 7) afirmam que a interpretação das culturas infantis não ocorre no vazio, devendo sustentar-se na análise das condições concretas em que as crianças vivem, interagem e atribuem sentido ao que fazem.

A partir dessas premissas, compreende-se que o aprendizado infantil está longe da passividade e da mera transmissão de informações. Para as crianças, é enxergar o mundo como uma tentativa que as desafia a criar, recriar, explorar, interpretar e dar significado.

Na perspectiva da Sociologia da Infância, as crianças são compreendidas como participantes de uma ampla rede de relações que ultrapassa os limites da família e da escola. Como sujeitos sociais, elas influenciam e são influenciadas pelos sistemas políticos, econômicos e culturais nos quais se inserem. Assim, a infância é composta por sujeitos concretos e contextualizados, pertencentes a diferentes classes, gêneros, culturas e etnias. As crianças atuam nas famílias, nas escolas, nas creches e em outros espaços sociais, incorporando o mundo e, simultaneamente, recriando-o a partir de suas próprias experiências (Nascimento, 2011).

Ao traçar o percurso histórico da educação infantil, Bujes (2001) ressalta que, nas sociedades pré-modernas, “a criança aprendia a se tornar membro do grupo, a participar das tradições e a dominar os conhecimentos necessários à sobrevivência e à vida adulta” (Bujes, 2001, p. 13). Essa observação revela a ausência de uma educação sistemática voltada ao desenvolvimento integral, permitindo afirmar que a educação infantil, tal como a conhecemos hoje, é um fenômeno recente e historicamente situado.

Com as transformações sociais, culturais e institucionais, a percepção sobre a criança também se modificou, passando a ser compreendida como sujeito ativo e integrante da sociedade. Nesse sentido, Souza e Castro (2008) enfatizam que, quando a criança deixa de ser vista como objeto de conhecimento e passa a ser reconhecida como sujeito de saber, a relação pedagógica se reorganiza a partir dessa nova visão.

De modo convergente, Faria et al. (2015, p. 14), inspirados na Pedagogia da Infância e na Sociologia da Infância, definem a criança como “sujeito histórico, participante ativo da construção da realidade social, produto e produtora de cultura, criadora de conhecimentos e saberes”. Ou seja, a criança aprende e faz história por meio da interação com o mundo, revelando-se protagonista de sua própria formação.

Aquino (2015) propõe compreender a educação infantil como espaço de diáspora – lugar de encontros, diferenças e partilhas, voltado à produção de saberes, identidades, culturas e experiências plurais. Essa etapa da educação, destinada às crianças nos primeiros anos de vida, constitui um momento fundamental de socialização estruturada, conforme reconhece a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

Por meio dessas experiências iniciais, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, emocionais e sociais, fortalecem sua autonomia e afirmam sua condição de sujeitos de cultura e de direitos. Assim, a infância é compreendida como espaço de emancipação e criação, em que a criança, reconhecida como ator social e histórico, constrói sentidos, produz conhecimento e transforma a realidade que habita.

4. Conclusões

A revisão das produções historiográficas e sociológicas sobre a infância evidencia que ambas as áreas convergem na defesa da criança como sujeito ativo, histórico e produtor de cultura. Enquanto a História enfatiza a pluralidade das experiências infantis e a historicidade das representações da infância, a Sociologia amplia esse entendimento ao reconhecer a agência infantil como prática social, relacional e transformadora. Essa aproximação revela que compreender a infância exige articular temporalidades, estruturas e relações de poder, situando as crianças como participantes das dinâmicas sociais e não como meras receptoras de influência adulta.

No campo da Educação Infantil, essas reflexões sustentam a necessidade de uma pedagogia descolonizadora e emancipatória, que rompa com concepções iluministas de infância e supere práticas adultocêntricas. A criança deve ser entendida como produtora de sentidos e saberes, capaz de reconfigurar as normas e discursos que moldam sua experiência social, inclusive no que se refere às questões de gênero. Nesse sentido, a escola torna-se espaço privilegiado para o exercício do protagonismo infantil, promovendo interações que valorizem a autonomia, a diversidade e a construção coletiva do conhecimento.

Ao articular História e Sociologia, este estudo reafirma que pensar a infância é também repensar as bases epistemológicas e políticas da educação. A consolidação da criança como ator social e cultural implica reconhecer o potencial crítico de suas ações e vozes para transformar o mundo em que habita. Tal reconhecimento, mais do que um princípio teórico, constitui um compromisso ético e formativo com a construção de práticas pedagógicas democráticas, inclusivas e sensíveis à multiplicidade das infâncias.

Referências

AQUINO, Ligia. Educação da infância e pedagogias descolonizadoras: reflexões a partir do debate sobre identidades. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart et al (Org). *Infâncias e pós-colonialismo: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras*. Campinas, SP: Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015. 208 p. (Coleção Hilário Fracalanza; n. 9).

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Guanabara Koogan S.A. Rio de Janeiro: 1981.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Revisão técnica Ana Maria de Araújo Freitas. Edição revista e atualizada. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: nov. de 2023.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te Quero?. In: CRAIDY, Carmem M.; KAERCHER, Gládis E. P. S. Educação infantil: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2007.

BUTLER, Judith P. Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CORSARO, William A. Reprodução interpretativa e cultura de pares. In: *Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro / Fernanda Müller, Ana Maria Almeida Carvalho (orgs.)*. - São Paulo: Cortez, 2009.

FARIA, Ana Lúcia Goulart et al. Invitações Pós-coloniais. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart et al (Org). *Infâncias e pós-colonialismo: pesquisas em busca de pedagogias descolonizadoras*. Campinas, SP: Leitura Crítica; Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015. 208 p. (Coleção Hilário Fracalanza; n. 9).

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MALAGUZZI, Loris. In: *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância / Carolyn Edwards, Lella Gandini e George Forman; trad. Dayse Batista*. - Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1999.

MOURA, Gleuze Pereira Marinho; ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A História da infância brasileira através da imprensa: uma revisão historiográfica. *Mosaico: Revista de História*, v. 18, n. 1, 2025. DOI: [dx.doi.org/10.18224/mos.v18i1.13553](https://doi.org/10.18224/mos.v18i1.13553).

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Reconhecimento da Sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa. In: *Sociologia da infância no Brasil / Ana Lúcia Goulart de Faria, Daniela Finco (orgs.)*. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011 - (Coleção polêmicas do nosso tempo; 102). Impresso no Brasil - setembro de 2011. 1ª reimpressão - agosto de 2020.

NASCIMENTO, Maria Letícia. Estudo da infância e desafios da pesquisa: estranhamento e interdependência, complexidade e interdisciplinaridade. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 11-25, jan./abr. 2018. DOI: [10.12957/childphilo.2018.30537](https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.30537).

OLIVEIRA, Adriana Rosmaninho Caldeira de; SANTOS, Hítalla Fernandes dos. Uma viagem à construção da infância numa perspectiva da Psicologia Social Crítica: uma revisão de literatura. *Laplage em Revista*, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 36-49, jan./abr. 2018. ISSN: 2446-6220. DOI: 10.24115/S2446-6220201841435p.36-49.

PAVEZ SOTO, Iskra; SEPÚLVEDA KATTAN, Natalia. Concepto de agencia en los estudios de infancia: Una revisión teórica. *Sociedad e Infancias*, v. 3, p. 193-210, 2019. DOI: 10.5209/soci.63243.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da infância. Tradução de Fátima Murad. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1165-1178, out./dez. 2010.

SARAMAGO, José. O mundo é uma tentação para as crianças. *Jornal de Poesia*. Disponível em: <http://www.jornaldepoesia.jor.br/1saramago4.html>. Acesso em: 08 jul. 2025. s.d.

SARMENTO, M.J.; PINTO, M. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M.J.(coords.) *As crianças: contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho, 1997.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago. 2005.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. Institut National de Recherche Pédagogiqu. Université René Descartes. Paris V. Tradução: Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, março/ 2001.

SOUZA, Solange Jobim e CASTRO, Lucia Rabello de. Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira. (org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, 2008.

Autoras



Karine Feitosa Carlos Santana é mestre e especialista em Educação e licenciada em Pedagogia e bacharela em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA). É professora da Educação Infantil na Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro-CE e publicou, entre outros trabalhos: [Educação inclusiva e autismo infantil](#). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/7575760962241658>; ID ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4382-6074>; e-mail: karine.feitosa@urca.br.



Iara Maria de Araújo é doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFCE), professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA). Entre outros trabalhos, publicou: [Globalization backlands: labor and territory](#), [Família, gênero e educação: perspectivas e desafios frente aos novos arranjos familiares](#) e [Literatura de autoria feminina](#). ID Currículo LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1139773822211647>; ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2401-6843>; e-mail: karine.feitosa@urca.br.

Para citar este artigo

SANTANA, Karine Feitosa Carlos; ARAÚJO, Iara Maria. Entre a História e a Sociologia: uma revisão rápida sobre o conceito de infância. *Crítica Historiográfica*. Natal, v. 6, n. 28, p. 57-65, mar./abr., 2026.

© – Os autores que publicam em *Crítica Historiográfica* concordam com a distribuição, remixagem, adaptação e criação a partir de seus textos, mesmo para fins comerciais, desde que lhes sejam garantidos os devidos créditos pelas criações originais. (CC BY-SA).